

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

ABORDAGEM POLICIAL

Como deve ser? Por que há tanta polêmica?



espaço
democrático

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTRO DEMOCRÁTICO

Maio.2016



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

Segurança nas cidades: a importância (e o risco) de abordar suspeitos

A abordagem de suspeitos é um instrumento essencial para a ação da polícia, mas precisa ser aprimorada para ganhar mais eficiência, evitar casos de violência policial e garantir realmente a segurança pública. Esse foi o recado da cientista política e major da reserva da Polícia Militar paulista, Tânia Pinc, em sua palestra no Encontro Democrático realizado em agosto de 2016 pelo Espaço Democrático. O debate do tema *“Abordagem Policial: como deve ser? Por que há tanta polêmica?”* teve também a participação do coronel e deputado estadual Álvaro Camilo, ex-comandante geral da PM de São Paulo, e do especialista em segurança pública Túlio Kahn, consultor do Espaço Democrático. O coordenador do debate foi o cientista político Rubens Figueiredo.

Camilo enfatizou que esse tipo de ação policial tem o benefício de transmitir à população a noção de que a polícia está agindo, reduzindo a sensação de insegurança. E lembrou que os casos de violência policial que causam polêmicas na imprensa são muito poucos em relação ao total das abordagens realizadas.

Por sua vez, Túlio Kahn citou pesquisas indicando que políticas públicas adequadas podem reduzir as mortes provocadas por erros nas abordagens de suspeitos.

Esta publicação traz a íntegra desse debate. Boa leitura.



RUBENS FIGUEIREDO: Estamos iniciando mais um debate da série Encontros Democráticos, hoje sobre a questão da abordagem policial. Nossa convidada é a major Tânia Pinc, doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, pós-doutoranda do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora associada do Núcleo de Políticas Públicas da USP. Ela fez pós-doutorado nos Estados Unidos e desenvolve pesquisas sobre abordagem e treinamento policial, entre outros temas relacionados ao desempenho da polícia. A doutora Tânia também trabalhou durante 25 anos na Polícia Militar do Estado de São Paulo e é major da reserva.

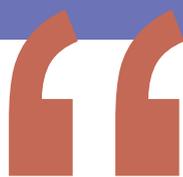
Também estão com a gente o coronel Álvaro Camilo, deputado estadual pelo PSD e ex-comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, e o sociólogo Tulio Kahn, que é coordenador do Grupo Temático de Segurança do Espaço Democrático e um dos especialistas mais conhecidos e requisitados nessa área.

A doutora Tânia vai fazer uma apresentação sobre

o tema proposto. Depois abriremos para comentários de 10 minutos do coronel Camilo e do Tulio. E, como o espaço é democrático, abriremos o debate ao público.

TÂNIA PINC: É um prazer estar aqui e espero poder contribuir para esse debate. A abordagem policial é um tema que eu venho estudando há bastante tempo. Vou falar das diferentes faces desse encontro entre polícia e público, que na verdade é entre o policial e o cidadão. Às vezes, um cidadão relacionado ou não ao crime. E por trás disso ainda existe uma organização policial.

O meu foco é muito voltado para a Polícia Militar do Estado de São Paulo, organização que venho estudando ao longo dos anos. Vou iniciar fazendo uma contextualização. Vou comparar a abordagem policial que eu estudei aqui no Estado de São Paulo com a de outros países, porque isso ajuda a gente a entender melhor o nosso problema. E aí eu vou focar nessa questão das diferentes perspectivas do encontro entre policial e cidadão, trazer um pouco dos resultados de estudos que



“A busca pessoal só pode ser feita com mandado do juiz, a não ser que haja uma fundada suspeita”. Esse é o ponto que vai autorizar o policial. Esse dispositivo transfere para o policial a capacidade de decidir. Ele se torna um juiz naquele momento.



fiz a respeito disso, e apontar alguns caminhos que eu acho que podem ser viáveis para que a gente encontre um ponto de equilíbrio.

A primeira coisa é: por que abordar? Por que a polícia aborda? Qualquer organização policial que responda a essa pergunta vai dizer: “Olha, é para identificar quem está praticando algum crime e prender!”. Então, é muito natural e legítimo isso. A polícia aborda e essa é uma prática muito cotidiana. Para que a polícia encontre alguém portando uma arma que furtou, ou algum objeto roubado, que esteja portando drogas, a abordagem é o principal caminho, principal instrumento para fazer isso. Mas o ponto é: quanto ela aborda e quanto ela prende em razão disso?

E aí tem uma coisa que pode ser um pouco perversa na abordagem, que é quando os índices criminais, em determinado local, estão subindo. Existe pressão para que a polícia adote algumas medidas. A primeira resposta que a polícia tende a tomar é aumentar o número de abordagens. O que não se sabe hoje é qual o impacto das abordagens em relação ao crime, à segurança, à capacidade dessa prática policial de aumentar a segurança das pessoas e diminuir os índices criminais. Então, isso é um estudo que ainda nós não temos aqui em São Paulo, no Brasil.

E por que a polícia pode abordar? O que fundamenta essa abordagem? Aqui no Brasil, o que fundamenta é um dispositivo que está no Código de Processo Penal

e que trata da busca pessoal. Isso é uma coisa interessante. Porque o Código de Processo Penal vai regular a ação do juiz num processo. O que ele está dizendo nesse artigo é: “A busca pessoal só pode ser feita com mandado do juiz, a não ser que haja uma fundada suspeita”. Esse é o ponto que vai autorizar o policial. Esse dispositivo transfere para o policial a capacidade de decidir. Ele se torna um juiz naquele momento. Então, ele tem o poder discricionário para decidir se aquela pessoa está despertando a suspeita dele, se está relacionada ou não ao crime.

Então, esse ponto da legislação do Brasil, que é regulado pelo Código de Processo Penal e existe na América Latina de uma maneira geral, dá poder ao policial para fazer isso. No Chile e na Argentina, por exemplo, o Código de Processo Penal já foi reformado algumas vezes e foram alterados esses dispositivos que regulamentam a abordagem. No Brasil, a gente nunca mexeu. E mesmo que lá tenham mexido nesse ponto, que era mais duro e mais amplo que no Brasil, na prática não mudou praticamente nada.

Nos Estados Unidos, por exemplo, o que regula a capacidade de um policial realizar a abordagem não é o Código de Processo Penal, é a Quarta Emenda da Constituição. Ela diz que o cidadão é protegido de uma abordagem que não seja justificada. É um outro tipo de regulação, porque protege o cidadão, enquanto aqui se dá poder ao policial. Pode ser que, na prática,

o policial no Brasil e nos Estados Unidos também vá se orientar pelo mesmo comportamento, mesma suspeita. Mas isso muda toda essa questão em torno da abordagem policial no que diz respeito ao empoderamento da polícia.

A Polícia Militar de São Paulo divulgou, em 2011, que no ano anterior realizou mais de 11 milhões de abordagens. O que significa isso? Para a polícia, que a cada mil revistas, 10 pessoas foram presas. Isso é uma forma de divulgar o desempenho policial. E a gente tem um sério problema nisso, não só aqui em São Paulo, mas no mundo todo: como se mede o desempenho da polícia? Quais são os indicadores que podem nos mostrar que a polícia é mais ou menos eficiente? Então, o que a Polícia de São Paulo está dizendo é: nós abordamos muito, e isso quer dizer que nós trabalhamos muito. Então, a polícia torna a abordagem um indicador de desempenho.

Esse é o dado mais recente, divulgado este ano com os dados de 2015. E não demonstra mais o número de abordagens. Mudou. E para cada um desses indicadores que estão aí - prisões, armas apreendidas... - foi feita uma abordagem. Isso tudo começa com uma abordagem. Uma prisão em flagrante, uma apreensão de arma, apreensão de droga, sempre começa com uma abordagem. A polícia não colocou aqui a abordagem como um indicador, mas está dizendo que isso aqui é a produtividade da polícia. Então, a gente questiona a forma de mensurar o trabalho policial. O que significa prender tantas pessoas? O que significa apreender tantas armas? A gente nem sempre vai muito além disso.

185 anos
VOCÊ PODE CONFIAR

POLÍCIA MILITAR
EM NÚMEROS
Em 2015:

90 MIL HOMENS E MULHERES NOS 645 MUNICÍPIOS DO ESTADO	42 MILHÕES CHAMADAS 190 5 MILHÕES OCORRÊNCIAS REGISTRADAS
110 MIL CRIMINOSOS PRESOS EM FLAGRANTE 22 MIL PRESOS RECAPTURADOS 22 MIL ADOLESCENTES APREENDIDOS	35 MILHÕES INTERVENÇÕES POLICIAIS 77 MIL AUXÍLIOS E PROTEÇÃO A POPULAÇÃO
12 MIL ARMAS DE FOGO APREENDIDAS	88 MIL VEÍCULOS RECUPERADOS
128 TONELADAS DE DROGAS APREENDIDAS.	POLÍCIA MILITAR VOCÊ PODE CONFIAR

Proteger as pessoas é a nossa missão e a nossa vocação!

ABORDAGENS SP 16.930.538 CHILE 11.810.919 NY 22.930	2015	%POP SP 39,3 CHILE 65,8 NY 0,3
PRISÕES SP 153.400 CHILE 431.992 NY 4.586		ABORD/PRISÃO SP 110,4 (0,9%) CHILE 27,3 (3,7%) NY 5,0 (20%)

Eu trouxe alguns estudos para tentarmos entender melhor o que isso pode significar. São dados do Estado de São Paulo, onde, em 2015, foram realizadas quase 17 milhões de abordagens. O Chile, onde a polícia é muito parecida com a nossa, tem característica militar, realizou quase 12 milhões de abordagens. É um país bastante pequeno e a polícia tem o maior índice de confiança de toda a América Latina. Vou comparar ponderando o tamanho da população. Na cidade de Nova York, foram quase 23 mil abordagens. O que isso representa da população? Se a gente for avaliar, 17

ABORDAGEM POLICIAL

milhões de abordagens é quase que 40% da população - o que não quer dizer que 40% da população foi abordada em 2015 porque existem crianças, idosos, muitas mulheres não são abordadas... Mas existe um grupo maior, homens em uma determinada faixa etária. Muitas vezes eles foram abordados mais de uma vez. Mas é só para a gente ter uma noção do que é que vale.

Essas abordagens feitas em 2015, em São Paulo, representam quase 40% da população. O Chile abordou quase 60%, quase 2/3 da população. O Chile aborda, proporcionalmente, muito mais, quase o dobro do que a polícia no Estado de São Paulo. Mas quando a gente olha para Nova York, é menos de 1%. E aqui tem um motivo. Todo mundo deve ter ouvido, em algum momento, nos últimos anos, algum problema com relação à abordagem em Nova York, pessoas mortas pela polícia, essa discussão sobre racismo. Todo esse debate tem relação com isso.

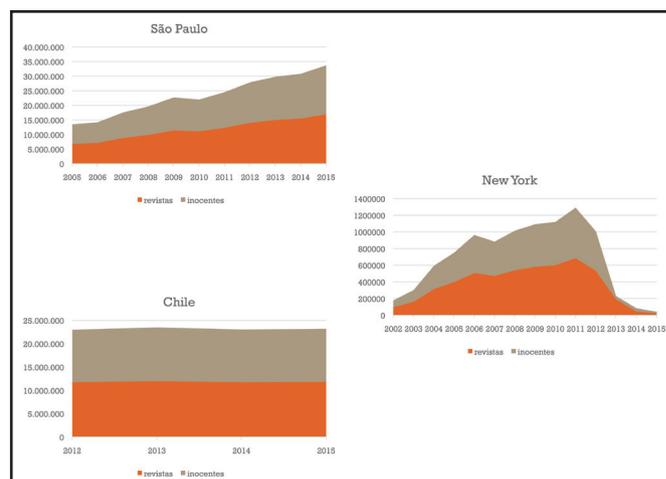
E prisões? Em São Paulo, foram realizadas 153 mil prisões. Aquelas 17 milhões de abordagens resultaram em 153 mil prisões. No Chile, 431 mil. O que isso significa em relação à abordagem? Significa que em São Paulo é necessário abordar em torno de 110 pessoas para se realizar uma prisão. Isso significa que menos de 1% das abordagens realizadas geram prisão em flagrante. A polícia está abordando muito e prendendo pouco. O Chile abordou, proporcionalmente, muito mais do que São Paulo. No entanto, abordou 27 pessoas para prender uma. A diferença é muito grande. Ainda que só 3,7% das abordagens gerem prisão, porque o volume é muito alto.

Em compensação, em Nova York, a cada 5 pessoas abordadas, uma é presa. Então, 20% das abordagens geraram prisão.

A abordagem tem um impacto. Por que a polícia aborda alguém? Porque ela desconfia que aquela pessoa cometeu ou está envolvida com um crime. E se a

polícia vai abordar, é porque aquela é uma situação de risco. Aquela pessoa pode estar armada e reagir. Então, o policial tem que tomar todos os cuidados necessários.

No entanto, o que a gente percebe aqui em São Paulo, por exemplo, é que muitas pessoas que não têm relação com crimes estão sendo abordadas. E as abordagens estão terminando em liberação. Isso quer dizer que a polícia interferiu no direito de ir e vir da pessoa. Porque ela desconfiou que aquela pessoa estava envolvida com algum crime. Mas ninguém gosta de ser abordado, não é mesmo? Quando você é abordado, interrompe seu percurso, seu caminho. A polícia precisa ter um motivo para fazer isso. Ela não pode fazer isso simplesmente porque alguém é feio, é bonito...



Esse gráfico mostra, em laranja, o número de revistas, de abordagens. A faixa marrom mostra as pessoas que foram liberadas. A gente vê que em São Paulo há uma tendência de alta. A polícia vem, a cada ano, aumentando o número de abordagens, mas o resultado é proporcional: menos de 1% das abordagens termina em prisão. A maior parte das pessoas abordadas é liberada. Qual é o resultado disso para a polícia? A pessoa que foi abordada sai confiando mais ou menos na polícia? Isso é algo que nem sempre é discutido.



O Chile também tem uma faixa muito alta e o número de revistas é muito parecido - pessoas abordadas e pessoas liberadas. As informações são dos últimos quatro anos, não há dados anteriores.

Agora, em Nova York a situação é muito diferente, embora também apresente uma tendência de alta parecida com a que acontece em São Paulo. Isso deve estar relacionado à guerra contra as drogas, à repressão. Mas desde 2012 há uma queda brusca, muito brusca. Isso começa a acontecer justamente em função de um caso que foi julgado pelo Supremo Tribunal. Uma juíza decidiu que a política de abordagem do Departamento de Polícia da cidade era inconstitucional. Então, isso gerou polêmica porque a polícia dizia: "Olha, o policiamento é localizado nos lugares onde o crime acontece, nos *hotspots*". E nos *hotspots* tem mais negros e latinos. "Não, a polícia aborda mais negros e latinos", diziam os críticos. Só que esse debate é pautado em informações. E um dado que a própria Polícia de Nova York produz. Se você entrar no site da Polícia de Nova York vai encontrar uma base de dados com mais de 100 variáveis a respeito de uma única abordagem. Aqui em São Paulo, a gente tem apenas um dado, que é quantas abordagens foram feitas. Você não tem mais nada além disso. E é muito provável que esse dado não seja confiável, porque a coleta dele é

manual. E temos que nos dar por felizes porque São Paulo divulga esse dado. É o único Estado do Brasil que divulga esse dado.

Eu quero falar sobre as diferentes faces da abordagem. Quando a gente fala em abordagem, cada grupo tem uma tendência de olhar para um indivíduo. Eu tenho estudado a abordagem pelo olhar do policial. Mas eu queria contar aqui uma abordagem que eu presenciei quando estava na ativa, que é para exemplificar. Numa determinada noite, sexta-feira, eu estava comandando um bloqueio na Brasilândia (*periferia pobre de São Paulo*), que é um lugar que concentra alto índice de homicídios. Eram 11 horas da noite, estávamos num local que era perigoso e fizemos um bloqueio com dois policiais. Paramos um veículo utilitário, havia um casal dentro. O homem dirigia. Ele desceu, parou na posição de abordagem e o policial revistou. A mulher não queria descer. Aí parou uma policial do lado, esperando que ela descesse. E ela: "Não desço". Eu me aproximei. Foi muito difícil fazer aquela moça descer do carro. E assim, quanto mais ela resistia, mais a nossa suspeita aumentava em relação a ela. Até que ela desceu e foi muito difícil fazer a revista. Tivemos que tomar muitos cuidados de segurança. E ela não queria abrir a bolsa de jeito nenhum. Em parte dos roubos, atualmente, as armas vão para as bolsas das mulheres porque elas são menos suspeitas. Então, a participação da mulher no crime vem aumentando muito. E aquela mulher não queria abrir a bolsa. Até que, quando abriu, a gente descobriu que lá dentro tinha uma calcinha e um sutiã de renda. Eles estavam indo ou voltando do namoro. Ela estava resistindo à nossa invasão de privacidade.

Se essa moça tivesse que contar essa abordagem, ia contar uma história. Se a policial fosse contar uma abordagem, ia contar outra. Então, para aquela moça, a polícia invadiu sua privacidade. E ela se recusou

porque ela pensou: “Quem essa policial pensa que é para me tirar daqui?” E isso é uma coisa que acontece, policial encontra todo dia. Pessoas que não reconhecem a sua autoridade. “Tira o tênis”, “não tiro”; “desce do carro”, “não desço”. Isso é algo com que o policial tem que lidar todo dia e que muita gente não sabe. E essa policial estava desconfiando dessa moça porque ela estava resistindo. Será que ela tem uma arma? Será que ela tem droga? Ela estava se tornando cada vez mais suspeita. E se essa policial não estivesse preparada profissionalmente, não tivesse um suporte ali, poderia cometer um erro. Ela poderia arrancar a moça de dentro do carro. E aí sairia a notícia, no dia seguinte: “Olha só, coitada dessa moça, o que a policial fez”.

Lidamos muito mal com isso. A gente não sabe o que acontece porque sempre olha para aquilo que a imprensa está apontando. E ainda há, por trás disso, a organização policial. Porque a operação estava acontecendo ali? Foi a organização policial que determinou que aquela operação acontecesse ali? Também existe uma demanda interna muito elevada para que as abordagens sejam realizadas. É aquilo que eu disse: quando a taxa de criminalidade cai, a primeira reação, a primeira resposta é: “Vamos intensificar o policiamento”. Intensificar o policiamento é aumentar a abordagem. E intensificar a abordagem tem impacto no crime? Isso é algo que a gente nem sempre sabe.

Eu vou falar um pouco de alguns estudos que fiz. O que importa numa abordagem? Aqui em São Paulo, existe uma política muito bem estruturada com relação a parâmetros, a procedimentos que orientam o policial a se comportar numa abordagem. São os procedimentos operacionais padrão. Há outros parâmetros, como o método geral do uso da arma de fogo. Eu fiz um estudo em 2006 e 2007, a respeito

do comportamento dos policiais na abordagem. E o resultado foi que existe uma tendência do policial em não seguir o POP (*Procedimento Operacional Padrão*). O POP é para que a segurança do policial aumente e para que ele cometa menos práticas abusivas. Se o policial não segue o POP, a tendência é que ele não alcance o seu objetivo.

A minha ideia era de que o treinamento melhorava esse desempenho. Então, fui para outra pesquisa, que foi a de doutorado, para testar o impacto do treinamento. Criei um treinamento que eu achava que era bom, que ia bombar. Mas ele não alcançou o resultado que eu esperava. E eu identifiquei que tinha um problema na metodologia do treinamento, problema na gestão e na supervisão dessa política. Imagine você criar um parâmetro, se o policial lá na ponta da linha não segue. Não é fácil fazê-lo mudar de conduta, adotar a conduta que você espera. Isso não é um problema do policial, não, isso é do ser humano. Isso é muito mais complexo do que a gente imagina.

PERFIL POLICIAL USO DA FORÇA LETAL

Perfil Policial	Preparo	Obediência	Nível de Força
Uso Proporcional	Suficiente	Suficiente	Dentro
Uso Intuitivo	Baixo	Indiferente	Acima
Em Resposta à Pressão	Médio	Baixo	Acima
Intenção de Matar	Médio	Nulo	Acima

(Pinc, 2013)

Outro estudo que eu fiz foi sobre o uso da força letal. Estudei mais de 100 casos e identifiquei alguns perfis. Existe um modelo que é o ideal, que é aquele policial que usa a força na medida proporcional, o que

está em verde no gráfico. Ele tem preparo suficiente, obedece às leis também na medida suficiente. No extremo oposto, tem aquele policial que atua com a intenção de matar. Isso existe em São Paulo, no Rio, em Nova York, em todo lugar. Esses dois grupos são muito pequenos. Um é o melhor modelo o outro é o pior modelo. E entre os dois existem dois grandes grupos, um com problema de preparo, outro com problema de obediência.

A gente sabe que, segundo esse estudo, grande parte das mortes que acontecem estão relacionadas ao baixo preparo profissional e à baixa capacidade do policial em obedecer as regras. Isso quer dizer que essas mortes poderiam ser evitadas. E a gente, para trabalhar com isso, para prevenir isso, tem que trabalhar na abordagem. Por quê? Porque uma ação letal começa com a abordagem. E o meu argumento é que a partir do momento em que o policial segue os parâmetros numa abordagem, a chance de ele usar a força letal, de matar alguém, cai muito. Então, o controle do uso da arma de fogo começa na abordagem. O fato de a minha pesquisa mostrar que tem uma tendência do policial não seguir a abordagem é grave. Precisa ser revisto.

Como é que a gente diminui a força letal? Investindo numa nova política de abordagem. Eu entendo que existe solução. Eu estou fazendo uma pesquisa no Rio de Janeiro e quando volto a olhar para São Paulo, penso: "São Paulo realmente é muito mais fácil de consertar".

Há uma estratégia para controlar a metodologia de treinamento, supervisão e gestão, pontos que eu identifiquei. E para melhorar a obediência às leis, é preciso criar um sistema de incentivo e recompensa, não adianta apenas melhorar o preparo. Os policiais que estão nas faixas amarelo e laranja são os que influenciam muito mais do que aqueles que agem corretamente. Quando você cria um sistema de incentivos e

recompensas e melhora o preparo dele, faz ele deixar de olhar para aquela referência negativa e olhar para a referência positiva.

Há uma proposta que apresentamos para o secretário de Segurança Pública e para o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), que é uma das universidades mais renomadas do mundo. Eu discuti com os pesquisadores da universidade e a gente ganhou o apoio do MIT para desenvolver esse projeto aqui em São Paulo. Estamos esperando que a Secretaria de Segurança Pública possa nos dar o sinal verde.

A gente precisa sistematizar a coleta de dados da abordagem. Não é possível que hoje, ao final do serviço, o sargento chega para o cabo e diz: "Quantas abordagens você fez hoje?". "Cinco, dez, quinze". "Ah, anota". E aquele relatório de papel é arquivado.

É plenamente possível criar um sistema de coleta de dados para que possamos saber onde aquela abordagem foi feita, quem foi a pessoa abordada, os dados das pessoas abordadas, e trabalhar isso com transparência. E diminuir os motivos da abordagem, porque se hoje a polícia aborda 111 pessoas para prender uma, será que é possível abordar 50 pra prender uma? Será que dá para baixar para 30? Será que dá para baixar para 20? Será que a polícia pode ser mais eficiente nisso? Importunar menos pessoas que não têm relação com o crime para poder prender as pessoas que têm relação com o crime?

E, por fim, a fundada suspeita precisa ser justificada. O policial é um juiz, ele tem o poder. Mas ele precisa dizer por que ele abordou. Então, muitas vezes as pessoas reclamam para dizer assim: "Olha, eu fui agredido, ele me xingou". E não tem prova disso. Porque fica a palavra da pessoa contra a do policial. É muito difícil para o comandante investigar isso. Agora, por que ele me abordou? Ele precisa dizer, ele precisa justificar. Isso é algo que não está ainda na nossa cultura.

A abordagem policial é um encontro muito complexo. O policial corre muito risco e nem sempre está preparado. Ele aborda muito aqui em São Paulo - e muitas vezes desnecessariamente. O resultado disso pode ser uma ação letal não justificada. E a gente só sabe disso quando aparece na televisão. Quando não aparece, a gente não sabe - mas isso acontece quase todo dia. Quase todo dia o policial está correndo risco, está enfrentando pessoas que reagem contra ele, e muitas vezes ele também está cometendo erros e falhas. O problema não é a intenção, não. A falta de preparo é um grande problema. E, na verdade, tem também uma responsabilidade organizacional, nem sempre discutida.

RUBENS FIGUEIREDO: Comandante Camilo, deputado estadual pelo PSD e coronel, por favor.



CORONEL CAMILO: Tânia, parabéns pelo seu trabalho, que nos tem ajudado a entender um pouco a abordagem policial. Eu quero levantar algumas questões ao que a Tânia disse, até para que não fique a impressão de que a abordagem hoje é um problema. Eu diria para vocês que a abordagem é uma solução policial - acredito que ela tentou passar isso também, e é isso que a gente vai mostrar.

OBRIGADO POR COLABORAR!

ABORDAGEM POLICIAL

É um dos procedimentos operacionais utilizados pela polícia e graças a ela temos como resultado: prisões, apreensões de drogas e armas, recuperação de veículos e libertação de reféns de sequestro relâmpagos.

Em 2010, a PM realizou mais de 11 milhões de revistas pessoais.
Com base nos indicadores operacionais, a cada 1.000 revistas pessoais conseguimos:

- Prender 10 criminosos ;
- Recuperar 6 veículos ;
- Aprender 2 armas de fogo ;
- Aprender 4 Kg de drogas

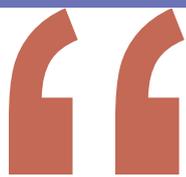
Visite o nosso site, clique no link fale conosco e dê a sua opinião sobre a campanha de abordagem

www.policiamilitar.sp.gov.br

"POLÍCIA MILITAR - COMPROMISSO COM O CIDADÃO"

Não jogue esse folheto na rua, passe adiante

Primeiro, eu quero dar um outro enfoque. Na segurança pública, temos uma preocupação muito grande com a abordagem. Este panfleto de 2010 que a Tânia mostrou é de uma série que desenvolvemos junto com o Instituto Sou da Paz, organização não-governamental. Eu era o comandante da PM nessa época. Era para entregar às pessoas no momento da abordagem. A gente falava: "Toma, as razões da sua abordagem". No verso estava escrito: "Com a abordagem, nós prendemos 250 pessoas procuradas por dia". Só para ter uma ideia, isso chegou a 50 mil por ano. Então, a abordagem é um instrumento extremamente importante da polícia, um dos principais instrumentos da polícia. Foi assim que a polícia de São Paulo reduziu em 76% os homicídios nos últimos anos - porque a abordagem nos leva a trabalhar no homicídio. O homicídio, em São Paulo, está longe da polícia. Acontece na comunidade. Por álcool, droga, principalmente. Então, como é que a gente previne o homicídio? No latrocínio, o cara está roubando e às vezes a polícia consegue chegar e muitas vezes evitar. No homicídio, não. Tenho que trabalhar diretamente. Como? Trabalhando no álcool, na droga e na retirada de armas. E isso é feito com as abordagens. Vamos deixar bem claro que a abordagem é um grande instrumento.



Quando a pessoa passa numa rua e vê as pessoas sendo abordadas, isso dá a ela uma série de mensagens. A polícia está trabalhando, a polícia é eficaz, a polícia está preocupada comigo. E o que é melhor: aumenta a credibilidade em relação à polícia, faz ligar mais para a polícia, faz confiar na polícia.



Quero destacar, também, que a comparação com Chile e Estados Unidos deve ir além da questão da quantidade. Temos que agregar a legislação, a cultura... No Chile, por exemplo, a legislação é a favor do agente profissional de polícia. A legislação americana é muito forte a favor do policial. Então, o policial se sente mais seguro. E há o fato que ela mesma mencionou: o grau de letalidade é muito menor. Morrem muito menos policiais. Eu, nos meus três anos, enterrei 48 policiais em serviço. Mais ou menos 260 fora do serviço. É um número muito grande.

Outra coisa que eu quero colocar é uma curiosidade: 70% das pessoas abordadas, embora digam muito que a polícia discrimina, são brancas. A abordagem falada aqui foi muito em cima da fundada suspeita, mas o próprio estudo que a polícia faz nas suas escolas mostra três tipos. Uma, que ela abordou bem, é a fundada suspeita. Tem que ter realmente... Mas a segunda abordagem, uma das mais graves, é a do infrator da lei. Então, esses confrontos que resultam em morte normalmente são aquelas em cima do infrator da lei. E há uma abordagem mais simples, que é para fiscalizar as pessoas. Não há suspeita, mas naquele ambiente, naquele momento, aquela comunidade apresenta um grau de insegurança muito alto

e então a polícia planeja uma série de ações.

Essa quantificação a polícia fez porque naquele momento precisava dela, mas está trabalhando para que se dê mais transparência a isso. Em São Paulo, todas as viaturas operacionais têm tablet. Tem que dizer por que está abordando, dar uns cliques ali e melhorar a transparência da abordagem, como ela está falando. A polícia não tem nada contra isso.

Eu comprei e tive que cancelar, em 2011, a licitação - por uma fraude que descobri - para ter câmera em todas as viaturas, interna e externamente. Isso também demonstraria a ação da polícia de São Paulo.

Por fim, Tânia, queria fazer uma sugestão. Você mostra um quadro das diferentes faces: o abordado, a polícia e o policial. Eu sugiro que se inclua mais um nesse círculo, que é a sociedade. E aí vai a essência do que eu estou falando. A gente trabalha em duas vertentes. Uma é a diminuição da criminalidade real, que é extremamente importante. Mas tão ou mais importante é mexer na sensação de segurança pública. Quando a pessoa passa numa rua e vê as pessoas sendo abordadas, isso dá a ela uma série de mensagens. A polícia está trabalhando, a polícia é eficaz, a polícia está preocupada comigo. E o que é melhor: aumenta a credibilidade em relação à polícia, faz li-

gar mais para a polícia, faz confiar na polícia. Essa parte é muito importante, é o resultado indireto da abordagem. A abordagem, em si, é importante. Eu fiz 9 milhões, hoje está perto de 11 milhões por ano. E é importante a polícia fazer isso. Muitas vezes o marginal escapa da abordagem. Ele vê que a polícia está abordando, então não passa com arma ali. Medo de ser abordado.

Eu já conhecia a pesquisa e pedi a ela para fazer uma exposição ao comando na época, para todos os coronéis da polícia. É um trabalho importante. Acontece que, ao longo do tempo, a polícia, talvez por falta dessa educação continuada, acaba se perdendo. Mas esse treinamento é muito forte nas escolas policiais. O policial sai de lá sabendo como deve abordar um veículo, uma pessoa a pé, uma moto. Mas com o tempo isso vai se perdendo. Quero parabenizar a Tânia pela pesquisa, parabenizar pela coragem de falar sobre esse tema que muitos não querem. É um assunto delicado, o que a gente chama de “momento da verdade”, quando a polícia está em confronto, contato direto com o cidadão.

RUBENS FIGUEIREDO: Túlio, por favor.



TULIO KAHN: Eu vou mostrar os dados de uma

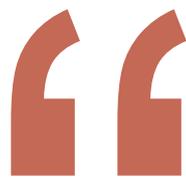
pesquisa ainda inédita sobre o caso mais grave de abordagem policial, o encontro fatal.

Estamos falando de 11 milhões de abordagens no Estado de São Paulo. E vemos que somente uma minoria dos casos termina com a morte do suspeito ou do policial. Ainda assim - estamos falando aí de indicadores internacionais consolidados - os padrões de letalidade das polícias brasileiras são muito elevados. O que são esses padrões? Em geral, nesses confrontos, na maioria das polícias, você tem mais feridos do que mortos. Nosso padrão aqui no Brasil é invertido: a gente tem mais mortos que feridos.

É normal, também, que morram mais suspeitos do que policiais nos confrontos. Esse é o padrão em todo o mundo, mas aqui chegam a morrer, nos confrontos, 30 vezes, 40 vezes, 50 vezes mais suspeitos do que policiais.

Acho que os homicídios, aqui em São Paulo, despencaram 70% nesses últimos anos. Por isso, a proporção de mortes em confronto também aumenta percentualmente. A média nacional de mortos em confrontos com armas é de 5% a 6%. Mas no Rio de Janeiro chega a 15%, 20%, o que é muito acima do padrão internacional. Na maior parte dos países esse número é traço. Os Estados Unidos ainda são exceção entre os países desenvolvidos - ali ainda chega a ter alguma magnitude. Mas no caso dos outros países, não existe nem estatística sobre isso, porque é muito pequeno. Por que no Brasil encontramos muita variação? É essa variação que a gente queria entender. Porque a letalidade é maior em alguns Estados e menor em outros?

Estou usando dados de uma pesquisa do IBGE (*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*) que se chama Estadiv. O IBGE já faz há muito tempo a Munic, que pergunta sobre a infraestrutura existente. Por exemplo, na área de segurança: tem guar-



Quanto mais policiais mortos, mais você tem também suspeitos mortos. Há uma relação. No Estado onde morre muito policial, policial mata muito.



da municipal? Tem conselho municipal de segurança? Tem fundo municipal de segurança? A Estadiv faz isso para os Estados. Eles tinham uma série de variáveis, como por exemplo se existe corregedoria de polícia, ouvidoria ou capacitação para uso de armas de fogo. Vou me concentrar nos principais resultados.

O estudo mostra, por exemplo, a média de mortes por policias em 2013 e 2014. E estou falando de taxas: Pará, Bahia, Paraná aparecem na frente em taxa de morte por policiais. Custo per capita da polícia foi outra variável que incluímos na nossa análise de regressão, que é a técnica estatística utilizada no estudo. A capacitação em direitos humanos, outra.

Os dados de mortes em confronto do Datasus são praticamente inutilizáveis porque a coleta foi melhorando com o tempo. O Datasus chama este tipo específico de morte como “em decorrência de intervenções legais”. A série histórica do Datasus dá um salto a partir de 2000, quando começou a melhorar a coleta. Eu uso os dados de letalidade do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São os dados do Ministério da Justiça que os Estados mandam para a Senasp (*Secretaria Nacional de Segurança Pública*), dado um pouquinho melhor que o do Datasus.

O que é interessante do ponto de vista de política pública? Fizemos vários modelos de regressão. Regressão Ordinária Simples (OLS) e também a Regressão Espacial. O conjunto de variáveis consegue explicar razoavelmente por que tem mais letalidade em um Estado e menos no outro.

A educação em direitos humanos, por exemplo, coincide com o achado da pesquisa da Tânia, que mostrou que o treinamento não teve impacto na letalidade. O nosso modelo também mostra que o fato de o Estado ter ou não capacitação em direitos humanos não teve efeito. Teve efeito negativo, como esperado, mas não significativo.

Outras variáveis se mostraram significativas. Quanto mais policiais mortos, mais você tem também suspeitos mortos. Há uma relação. No Estado onde morre muito policial, policial mata muito. Há a hipótese que a gente chama da hipótese do medo, que vem da literatura norte-americana. A taxa de homicídio também se mostrou significativa: nos Estados onde ela é maior, nos Estados mais violentos, também há mais confrontos, maior letalidade policial.

É interessante olhar a taxa de prisão de homicidas. É possível calcular quantos homicidas cada Es-



tado prende, o que revela o nível de impunidade em cada Estado. Percebemos que quanto mais o Estado prende homicidas, menor é a letalidade policial. Isso mostra que, de uma certa maneira, a questão da impunidade influi na letalidade. Muitas vezes a polícia, na rua, pensa: “Ah, vou fazer justiça por conta própria porque eu prendo, a polícia civil solta, a Justiça solta, as leis são lenientes”. O resultado sugere que, quando existe um nível de impunidade menor, o nível de letalidade também é menor. Menos impunidade pode aumentar a confiança no sistema de Justiça e diminuir o incentivo para o policial tentar fazer “justiça” com as próprias mãos. O custo da segurança também se mostrou relevante: quanto mais se investe em segurança pública, menor é a taxa de letalidade. Então, isso tudo significa que letalidade policial responde a algumas políticas públicas. Sobre a existência do “ombudsman”, que seria o nosso ouvidor: nos Estados onde existe este profissional, há menores taxas de letalidade.

A ideia geral é que altos níveis de letalidade não são inevitáveis. Há políticas públicas que podem diminuí-los. Mas destaco que a gente está falando de um caso extremo, do confronto letal, um pouco diferente da abordagem da Tânia e do coronel Camilo. São

casos extremos, que precisam ser levados em conta, apesar do número pequeno de resultados letais comparado com a quantidade de abordagens.

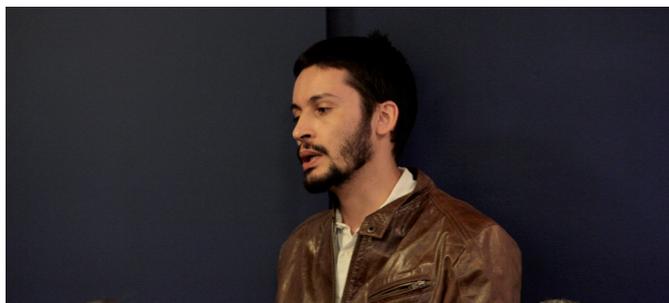
RUBENS FIGUEIREDO: Obrigado. Túlio. Está aberto para o plenário.

MÁRCIA CRISTINA BELINELLI (PSD Mulher): Essa estatística é só da Polícia Militar, não é? Se incluir a Polícia Civil, aumenta muito, estatisticamente?

TÂNIA PINC: Não, a Polícia Civil aborda muito pouco por causa da atividade dela, que é mais investigativa. Não que ela não faça isso, mas é um percentual muito pequeno. Mas o que está no site da Secretaria de Segurança Pública não está separando Polícia Militar de Polícia Civil. A gente toma isso como os dois grupos. Mas a grande protagonista da abordagem é a Polícia Militar em razão da atividade de policiamento preventivo e ostensivo. Então, mudaria pouco.

MÁRCIA CRISTINA BELINELLI: E quando há essa abordagem da Polícia Civil, na opinião da senhora, a qualidade é a mesma?

TÂNIA PINC: Não posso dizer porque estudei a Polícia Militar. Não observei e não fiz nenhum estudo a respeito da Polícia Civil.



BRUNO LANGEANI (Instituto Sou da Paz): Eu quero fazer duas perguntas. Uma com relação à questão das abordagens policiais com letalidade. Há alguns estudos produzidos pela própria corregedoria da PM falando de uma parcela significativa de episódios de letalidade que se iniciam em uma abordagem de fundada suspeita. Então, em que medida é possível evitar tanto a letalidade policial como a vitimização? A gente sabe que tem muitos policiais que se vitimam numa abordagem de fundada suspeita. Na segunda questão, eu gostaria de saber em que medida a gente consegue sair do paradigma de abordagem do “quanto mais, melhor” para entrar em outro, para conseguir ter cada vez mais resultados nas abordagens.

TÂNIA PINC: Eu não consigo medir essa relação de abordagem e letalidade, mas para mim está muito clara. Não sei quantas ações letais se iniciaram numa abordagem com fundada suspeita, mas eu tomo isso como princípio. O que os meus estudos mostram é que, quando o policial não segue os parâmetros, a exposição ao risco é muito maior. Então, ele acaba tendo uma chance muito maior de se tornar vítima por lesão ou por morte. E quando ele está exposto, a chance de buscar o recurso da arma de fogo, se antecipar, é

muito alta. E por quê? Nesse momento ele vai matar para não morrer. Então, não seguir os parâmetros está relacionado muitas vezes ao preparo, porque aquele policial que não quer obedecer à regra, mas tem um preparo profissional razoável, numa certa medida consegue adotar uma postura mais ou menos segura. É diferente do caso daquele que não segue porque não está preparado para seguir - não quer dizer que não conheça, que não teve treinamento. Não é todo dia que o policial encontra uma situação de risco, que se depara com alguém que está portando uma arma de fogo e reage contra ele. Porque a gente está falando de São Paulo. Se a gente estivesse falando do Rio de Janeiro, era uma outra história.

Mas o policial pode ter a chance de ficar 30 anos trabalhando na rua e não se deparar com uma situação como essa. E por mais que tenha um treinamento, quando está em situação de risco é difícil racionalizar. E aí tem outra questão: os parâmetros têm um *gap*. O POP orienta a conduta do policial, mas não é uma cartilha para o abordado. Quando o abordado coopera com o policial, ele faz tudo o que o policial orienta, tudo bem. Não tem risco. Quando esse abordado não coopera, você introduz o risco na relação. E aí o policial precisa retroagir e tomar uma nova decisão, porque está diante do risco. E aí o POP não fala, ele diz que existe uma escala de uso da força contínua. Mas a decisão é do policial, naquele momento. Isso é uma limitação do parâmetro.

São Paulo tem um conjunto de políticas que são muito boas e importantes e isso faz com que a organização policial esteja com ele nesse momento da tomada de decisão. É diferente de outros Estados, que não têm parâmetro nenhum e a chance de erro é maior. Errou, matou ou morreu.

Com relação ao impacto que a abordagem causa no cidadão, não importa se o criminoso vai gostar ou

não da abordagem. Mas ele precisa ser respeitado, o direito dele não pode ser violado. Vai ser tirada dele a liberdade, vai ser conduzido, mas não vale bater, humilhar. Mas não importa a opinião dele com relação à polícia. Importa a opinião daquelas pessoas que não estão relacionadas ao crime e que em algum momento a polícia suspeitou delas. A tendência de que aquela pessoa não saia satisfeita com aquilo é grande. Ninguém gosta de passar por uma situação como essa. Mas essa situação pode ser melhorada. O fato é que o policial tem, numa abordagem, uma situação de risco para ele. Ele não pode pensar: “Ah, é classe média”, “Ah, é pobre”, “Ah, não tem nada”. Ué, se não tem nada, não aborda. Desconfiou, tem que tomar todas as posturas seguras. O fato é que, como você aborda 110 para prender 1, a tendência é banalizar. É relaxar na segurança. Chega uma hora que o policial não desce mais da viatura. Está dentro da viatura e fala: “Levanta a camisa aí”. E na hora que levanta, é o cara. Esse é o 110°. É o que está armado, que vai matá-lo. Então, há uma lógica de abordar muito que acaba interferindo na situação de alerta do policial. Porque se o policial adota o procedimento, todo cidadão vai ser respeitado. Ele pode ficar incomodado, mas ele vai ser respeitado.

Tem uma questão de mudança de paradigma que é também da sociedade. As pessoas ligam para a polícia. “Olha, tem um indivíduo suspeito aqui, a polícia precisa abordar”. As pessoas querem que a polícia aborde o vizinho, não o seu filho. É uma situação complicada e a sociedade sempre tende a olhar para aquele abordado e não para o policial, o risco que ele corre, as reações que enfrenta todo dia, o estado emocional que uma situação de risco causa.

RUBENS FIGUEIREDO: Coronel Camilo, quer fazer um comentário?



CORONEL CAMILO: Eu volto a insistir: as abordagens que resultam em morte normalmente não são as abordagens nas quais eu parei para revistar alguém e isso se transformou em tiroteio. Não. A maioria das abordagens são aquelas de infratores da lei, que podem resultar em situações ruins, mas que não levam à letalidade. Aquele caso do menino, ocorrido em São Paulo, que roubou o carro, saiu e foi perseguido. Aquilo é uma abordagem também. O policial deu um tiro e acabou matando o menino. Ninguém quer isso, é lamentável!

Quando a gente compara com as outras cidades e países e diz que é 30, 40 vezes mais... eu queria deixar bem claro que aqui é um país de alto confronto. Quando comparo com os Estados Unidos, o confronto entre polícia e criminoso é muito menor. Quando eu vou para a Europa, o confronto entre criminoso e polícia é muito menor. E eu falo por São Paulo: 17% daqueles que entram em confronto com a polícia atiram na polícia. E de cada 100, 17 acabam feridos ou mortos. A maioria



sai ilesa e presa. Ou seja, a quantidade de presos é muito grande, chegam a ser presos 120 mil em flagrante pela polícia e boa parte deles trocou tiros com a polícia. Em alguns casos, a polícia nem revidou e a maioria é preso. Sem contar os menores.

Quero deixar bem claro, também, que o POP é uma regra que está sendo definida para o policial estudar e aplicar na hora que for possível. Às vezes a gente está lá. Não seguiu o POP, então está errado? Não! O policial tem alguns segundos para decidir o que faz. Numa mesa redonda com o juiz, o promotor, o advogado, eles têm às vezes dois, três dias para debruçar sobre o papel e estudar. O policial vai definir isso em alguns segundos. O POP é uma regra básica. O próprio POP diz que o policial vai seguir aquelas regras sempre que for possível, mas ele tem liberdade para tomar ação. Vai responder por ela, também.

Outra coisa: há o número de feridos nas abordagens policiais que não está em estatística nenhuma; a gente só pega os mortos. No meu comando, durante os três anos, a média foi de 300 policiais feridos em serviço, e 200 fora de serviço por ano. Uma boa parte deles com sequelas irreparáveis: paraplégico, tetraplé-

gico... Isso é um número que não aparece nas estatísticas. É o que a Tânia falou: o policial fica, como a gente chama, de polícia de rotina. O cara cai na rotina, aborda 10, 15, não dá nada. O 16º está armado, ele não tomou cuidado e fica aleijado. Então, precisamos tomar muito cuidado.

Nós temos uma tendência a tentar desqualificar a abordagem, querer só o resultado. Eu insisto: nós temos que trabalhar em duas linhas. A linha do resultado palpável, do número, quanto eu prendi. E a outra é resultado intangível, mais ou tão importante, que é o que aquilo está fazendo com a sensação de segurança. Tem países na Europa que são tranquilíssimos, só apertar um botãozinho que a polícia chega. No Japão, eles não fazem patrulhamento como a gente faz aqui. A polícia só atende chamada. Aqui, não! Aqui nós nos sentimos seguros quando vemos a polícia. E a abordagem colabora muito para isso.

A Tânia está certa: precisamos melhorar a abordagem, transformá-la. Talvez com esse número, ou menor, ou maior, mas mais qualificado e com mais resultados palpáveis. Para fechar: a abordagem, hoje, é uma das melhores ferramentas de trabalho da polícia.

TÚLIO KAHN: Eu gostaria muito de saber qual é o critério da corregedoria para a suspeita fundamentada, porque esse é o grande “X” da questão. Você pergunta para qualquer policial, ele faz o perfil da pessoa suspeita. Ele diz que não existe pessoa suspeita, mas existe situação suspeita. Por exemplo, num dia de calor, de verão, lá vem um sujeito com um agasalho. É difícil você listar quais seriam essas situações suspeitas, esses contextos. É lógico que o policial tem um *feeling* que ele acaba desenvolvendo durante anos. Por exemplo, alguns observam como a pessoa evita olhar quando passa a viatura... Enfim, há uma série de sinais que às vezes a gente não consegue nem verbalizar, não consegue colocar no papel, mas que eles têm a sensibilidade.

Falando um pouco a favor da forma como a abordagem é feita, nos Estados Unidos eles fizeram um texto que chamam de “véu de incerteza”. Tinha muito essa acusação de *racial profile*, de que a polícia aborda mais negros, pobres e da periferia. Eles fizeram uns experimentos. Por exemplo, o caso da abordagem de um motoqueiro, que está de capacete, roupa, luvas e você não consegue ver quem é. Eles usam esse tipo de experimento.

Aqui em São Paulo eu fiz uma pesquisa com dados da corregedoria. Peguei, por exemplo, as ocorrências via chamado 190 contra ocorrências da trombada. Na trombada, o policial ainda tem uma discricionariedade para escolher quem ele vai abordar ou não. A chamada do 190 é o roubo em andamento ou uma vítima.

E o perfil do abordado era muito parecido. Não tinha diferença significativa, estatisticamente falando. É uma coisa muito delicada, é muito difícil de tornar objetiva em termos de critério. Existe um certo estereótipo e preconceito, mas de modo geral o policial consegue, de alguma maneira meio misteriosa, abordar corretamente, saber quem são as pessoas.

CORONEL CAMILO: Para complementar, eu estava aqui na área centro, como segundo tenente ainda, e o meu sargento abordou um carro de família. Por que ele abordou? Porque a criança que estava no banco de trás olhou para ele com os olhos desse tamanho. E era um sequestro.

Outro exemplo: o coronel trabalhava na Lapa e estava tendo muito roubo de Kombi. Fizeram um bloqueio e começaram as abordagens. Não necessariamente porque tinha fundada suspeita, mas pensaram: “Vamos abordar os carros que estão passando aqui, porque as Kombis estão passando aqui”. Pegaram um senhor que todo dia cumprimentava, era um senhor de 70 anos, passava com uma Kombi, com outro carro... E era ele, o carro que ele estava levando era roubado.

A Polícia Militar é uma instituição que não tem discriminação institucionalizada. Pode ter alguém que seja racista, pode ter. Mas não é o normal. Isso aqui está provado. Peguem o trabalho da Tânia. Ela filmou os policiais sem eles saberem que estavam sendo filmados: 70% dos abordados, pelo que eu me lembro, eram pessoas brancas. Ou seja, a polícia age não porque é negro, porque é branco, porque é japonês.



ALDA MARCO ANTONIO: Quero aproveitar presença de uma especialista para perguntar se existe um protocolo diferenciado para abordagem



de mulheres suspeitas. Só mais uma questão: a senhora disse que é menos difícil consertar São Paulo do que o Rio. Gostaria de ouvir um pouquinho mais sobre essa questão.

TÂNIA PINC: Em relação à mulher, a orientação é que a abordagem seja feita por uma policial. Acontece é que muitas vezes não existem mulheres policiais naquele lugar. Nessa pesquisa que o coronel Camilo mencionou, as abordagens que eu observei, todos os veículos eram conduzidos por homens. Os policiais não pararam nenhum veículo conduzido por mulher. Mas havia, em algumas ocasiões, mulheres no interior do veículo, como passageiras. E era um grupo muito pequeno, menos de 10%. Dessas abordagens que eu observei, em apenas 30% das vezes os policiais olharam para as bolsas delas.

E há coisas que o policial pode fazer sem tocar na mulher. Ele pode pedir para levantar a barra da calça, para levantar a camiseta, tirar o casaco, abrir a

bolsa. Ele pode, com cuidado, de preferência se tiver uma outra mulher passando por ali... Porque a mulher está ingressando mais no mercado do crime e é muito mais difícil de revistar uma mulher do que um homem. Nem sempre tem a mulher policial disponível para isso. Mas que é um problema, é. Problema maior do que a mulher é ainda o grupo GLBT. Há toda uma discussão em torno disso ainda, que a gente não chegou a um ponto de equilíbrio.

Com relação ao Rio, o que existe lá é uma polícia muito menos estruturada, muito menos organizada, sem parâmetros, com supervisão quase inexistente, onde o treinamento é só na porta de entrada - não há quase educação continuada... Então, se eu tivesse que recomendar alguma coisa para fazer uma intervenção na organização do Rio, hoje, eu teria uma grande dificuldade. Tem muita coisa a ser feita lá.

Quando a gente compara a organização policial das duas cidades, percebe que São Paulo tem políticas muito bem definidas. O problema das políticas daqui

é a implementação. O policial às vezes não segue o parâmetro, mas isso não é um mal, isso acontece em todas as organizações públicas e privadas. O ponto é: precisamos olhar para isso, cuidar disso, cuidar da implementação é muito mais simples do que desenhar a política, do que estruturar uma organização.

São Paulo está muito à frente do Rio de Janeiro em organização policial. E outra: no Rio de Janeiro, existem zonas conflagradas. Eu nunca vi isso em lugar nenhum do Brasil. Áreas onde o policial entra e é recebido a tiros. É uma área em que ele entra e sabe que vai usar arma de fogo. Rio de Janeiro tem zonas de guerra, coisa que São Paulo não tem. São Paulo não tem área em que a polícia não possa entrar. Tem áreas mais perigosas? Tem. Tem áreas que têm uma concentração maior de crimes? Tem. Mas não tem um risco que está territorializado, em que a polícia não consegue entrar.

Então, o caso do Rio é muito mais complexo do que o de São Paulo. São Paulo tem problemas? Tem. Mas é muito mais simples de consertar. Falta vontade política.

ALDA MARCO ANTÔNIO: Sou uma grande admiradora da Polícia Militar do Estado de São Paulo, sobretudo pela formação do policial, desde o praça até o coronel. Eu admiro a escola de formação.



PROFESSOR JORGE DA COSTA: Sou educador e

escritor. Fui soldado e cabo da Polícia Militar por 17 anos. Trabalhei no 3º Batalhão de Choque, quase sete anos na rua, 40 vezes no Carandiru. Eu saí em 1993, após 17 anos. Você pode aprender o que quiser no quartel, mas a rua é totalmente diferente. A teoria não acompanha a prática.

Antigamente, havia duas maneiras de localizar o bandido. Se você visse um grupo, o que estivesse vindo de paletó e blusa, sem estar muito frio, estava armado. Era uma visão da gente. Se tivesse tatuagem, era bandido. Hoje não, hoje todo mundo tem tatuagem, mas naquela época, era só marinheiro e presidiário. Eu usava mais a psicologia. Quando eu percebia que a pessoa ficava meio constrangida, o que eu fazia? Começava a perguntar o que ela fazia, se tinha filho, para não cometer erros. E graças a Deus, nunca cometi erros.

Acho que a abordagem depende muito de o policial ver o que acontece com quem comete delito na rua e acaba indo pro Romão Gomes (*penitenciária militar de São Paulo*). Acho que todo policial deveria conhecer o Romão Gomes e ver os caras presos, saber por que foi preso, conhecer a realidade do policial que cometeu o erro, para começar a melhorar a abordagem. Porque o resto nós sabemos.

CORONEL CAMILO: Todas as nossas escolas - soldados, sargentos - visitam o Presídio Romão Gomes. É feito um filme das pessoas que estão lá, o que aconteceu com a vida deles por terem cometido o delito. Então a gente sempre procura mostrar.

RUBENS FIGUEIREDO: Professor Roberto Macedo, nosso colega do Espaço Democrático.



ROBERTO MACEDO: Eu já fui abordado várias vezes. Fazia viagens frequentes quando estava na vida acadêmica. Mas eu percebi que eles usavam certos estereótipos. Quando eu era estudante, usava cabelo comprido, meio bicho-grilo, aí notava que eles me pegavam. Aí passei a viajar só de blazer. Nunca mais me pegaram.

Uma coisa que eu abordo muito são números e fico feliz em saber que a polícia usa números. A minha pergunta é sobre o que apareceu daqueles números do Chile, tanta gente que foi abordada. E me impressionou mais ainda o número de presos. Você prende 100% da população num ano?

TÂNIA PINC: No Chile, a polícia é muito repressiva, mas o povo também é. Agora, esse dado, professor, é da prisão, que é feita pela polícia. São os apreendidos. Não quer dizer que são pessoas presas. São os que foram detidos pela polícia e que foram encaminhados pro Ministério Público.

RUBENS FIGUEIREDO: Eu quero agradecer a participação da professora Tânia Pinc, do Coronel Camilo, do Túlio Kahn. E também agradecer muito a presença de vocês.

Presidente

Guilherme Afif

1º Vice-presidente

Vilmar Rocha

2º Vice-presidente

Diretor de Relações Internacionais

Alfredo Cotait Neto

Secretária

Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente

João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS - Coleção 2016 - "Abordagem policial"

ESPAÇO DEMOCRÁTICO - Site: www.espacodemocratico.org.br Facebook: **EspacoDemocraticoPSD** Twitter: **@espdemocratico**

Coordenação - Scriptum Comunicação - Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS



www.espacodemocratico.org.br